

Intrínseco / Extrínseco

Marco Zingano

USP

Este estudo está dividido em três partes. Na primeira, pretendo examinar alguns aspectos da noção de $\kappa\alpha\theta' \acute{\alpha}\upsilon\tau\acute{o}$ introduzidos nos *Segundos Analíticos* I 4 e em *Metafísica* Δ 18. Na segunda parte, quero examinar a estrutura frasal por meio da qual Aristóteles veicula um dos sentidos de $\kappa\alpha\theta' \acute{\alpha}\upsilon\tau\acute{o}$, a saber, o que se convencionou denominar de *per se*₂. O assunto é espinhoso em ambas as partes. Minha intenção é bem limitada, porquanto gostaria de propor somente alguns pontos com vistas a uma melhor compreensão do que está em jogo quando Aristóteles pousa seu olhar sobre esta noção, deixando muitos outros de lados, entre os quais por certo há alguns que são decisivos para a metafísica e a epistemologia aristotélicas.¹ Na terceira e última parte, à guisa de conclusão, revisito algumas traduções oferecidas à passagem examinadas à luz de certos *desiderata* que toda tradução deveria respeitar.

Há uma consequência, contudo, que, penso, há de justificar tanto esforço. Costumeiramente se verte $\kappa\alpha\theta' \acute{\alpha}\upsilon\tau\acute{o}$ pela expressão latina *per se*, o que é antes sinal da dificuldade do que propriamente uma solução. Pode-se obviamente trazer a expressão ao vernáculo e escrever *por si*, mas isto não produz um real avanço na compreensão do que está em jogo, pois esta expressão transita em um domínio abstrato demais para transmitir uma confiança semântica em seu sentido. Se estiver correto, veremos, neste trabalho, que uma tradução não somente confiável, mas, sobretudo, portadora de significação é a de *intrínseco*, na medida em que $\kappa\alpha\theta' \acute{\alpha}\upsilon\tau\acute{o}$ caracteriza um tipo de relação entre sujeito e predicado que o termo português *intrínseco* parece-me captar com muita

¹ Os resultados a que se visa aqui serão, pois, magros, além de requererem muita paciência do leitor. Para um estudo global do *per se* em Aristóteles e suas ligações com o conhecimento científico, ver em especial TERRA (2014), pp. 23-60, que oferece uma análise exaustiva desta noção em suas diversas variantes; em relação à *Metafísica*, ver PERAMATZIS (2010), pp. 121-182.

felicidade. Dizer, assim, que *A é B καθ' αὐτό* não é outra coisa senão dizer que *A é intrinsecamente B*, e gostaria mesmo de escrever *A é_{intrinsec} B* para acentuar o valor adverbial de *καθ' αὐτό*. Por outro lado, não há nenhum poder mágico nas palavras, de modo que não avançamos muito na semântica do *καθ' αὐτό*, ainda que tenhamos dado um passo significativo relativo ao esclarecimento de sua função sintática.

Convém observar, porém, que o que se sobressai por contraste. Nos *Segundos Analíticos*, Aristóteles nos diz que, quaisquer que sejam os valores de *καθ' αὐτό*, o que contrasta com estes valores, ao se furtar à sua aplicação, é o que ele chama de *συμβεβηκότα* (I 4 73b4). É consagrado verter *συμβεβηκός* por *acidente*, mas este termo do vernáculo é um decalque do latim² e voltamos, assim, a uma situação similar à em que estávamos quando da tradução de *καθ' αὐτό*. Mesmo assim, parece razoável supor, por contraste, que uma proposição do tipo *A é B κατὰ συμβεβηκός* sinaliza que a relação entre *A* e *B* é extrínseca, por mais regular que seja a frequência desta relação, podendo mesmo ser concebida, como proponho, como *A é_{extrinsec} B* com vistas a acentuar a função adverbial de *κατὰ συμβεβηκός*. Contudo, quando a expressão *κατὰ συμβεβηκός* é nominalizada, o português nos obriga a traduzir *συμβεβηκός* por *acidente*, a menos que se queira correr o risco de propor algo como “extrinsecalidade”, o que é oneroso e mesmo inútil, haja vista ao uso culto do termo *acidente* em nossa língua. É decerto um percalço da língua pular de um termo a outro, mas não é nada que deva afugentar o falante nem obscurecer sua capacidade de reflexão.

² Ligado ao semantema do verbo *accĭdo*, proveniente da junção de *ad* a *cădĕre*, e obviamente não ao semantema de *accĭdo* (*ad* mais *cădo*). Porque o sentido atual de *acidente* é, no uso *comum*, o de um choque inesperado ou fortuito entre pelo menos dois objetos (em especial em relação ao objeto atual de todos os desejos, o carro), é corrente propor traduções alternativas, a mais frequente das quais é *concomitância*. Todavia, este último termo é somente de uso *culto*, no qual designa a simultaneidade de dois eventos e, na teologia cristã, a coexistência indivisa do corpo e do sangue de Cristo na eucaristia. Ora, a simultaneidade é muito infeliz para captar os sentidos que contrastam com os respectivos sentidos de *καθ' αὐτό*, exceto o quarto caso (ou, no jargão, o *per se₄*), mas este caso é, como veremos, muito lateral (pelo menos no tratamento de fato a ele oferecido por Aristóteles), não devendo, por isso, sobredeterminar a tradução. Por outro lado, *acidente* possui também um uso *culto*, no qual justamente é visto como cobrindo o campo semântico de *συμβεβηκός*, a despeito das dificuldades de delimitar com precisão qual é este campo. Palavras são utensílios complexos que operam em diferentes níveis; o abandono do uso culto de um termo porque seu uso vulgar difere consideravelmente, quando nenhum outro termo cobre o mesmo campo (nem no uso culto nem no vulgar), provém de uma esperança de simplicidade nos níveis de uso dos termos, mormente em proveito do uso mais frequente, à qual se deve contrapor o que já disse Francis Bacon: “*men imagine that their reason governs words, whilst, in fact, words react upon the understanding*” (*Novum Organum* § 59).

- I -

Nos *Segundos Analíticos* I 4 73a34-b24, Aristóteles lista quatro empregos para a expressão *καθ' αὐτό*, os quais podem ser sumariados assim: (i) *A é B καθ' αὐτό* quando *B* é atribuído a *A* e *B* comparece na expressão que define *A*; (ii) *A é B καθ' αὐτό* quando *B* é atribuído a *A* e *A* comparece na expressão que define *B*; (iii) *A é B καθ' αὐτό* quando *A* não é dito de um substrato distinto dele próprio; (iv) *A é (ocorre por) B καθ' αὐτό* quando a ocorrência de *A* se dá por causa da ocorrência de *B*. Por conveniência, convencionou-se falar de *per se*₁, *per se*₂, *per se*₃ e *per se*₄. Aristóteles fornece exemplos para cada um destes quatro casos. Não vou examinar todos os exemplos que ele emprega; vou privilegiar alguns somente, por terem a vantagem de ilustrar sem maiores obscuridades o ponto em questão. Assim, para o caso (i), *homem é animal καθ' αὐτό* porque *animal* comparece na expressão que define *homem* (no caso, *animal* é o gênero de *homem*). Para o caso (ii), *número é ímpar καθ' αὐτό* porque *número* comparece na definição de *ímpar* (dado que a definição de *ímpar* reza que este é *um número com tais e tais características*). Para o caso (iii), substâncias compostas são *καθ' αὐτό* porque, por exemplo, *Sócrates é homem*, isto é, é o que ele precisamente é não por ser outra coisa, mas por ele próprio, ao passo que *o caminhante é homem* por ser outra coisa (por exemplo, por ser Sócrates, que está a caminhar). Para o caso (iv), enfim, se *um animal morre ao ser sacrificado καθ' αὐτό*, então *ser sacrificado* é a causa de sua morte, o que é muito diferente de relampejar quando me ponho a caminhar, pois não relampeja porque eu caminho. A todos estes casos, como já ficou claro nos últimos dois exemplos, Aristóteles opõe o que se dá *κατὰ συμβεβηκός*: (i) *o homem é branco κατὰ συμβεβηκός*; (ii) *o número tem três casas κατὰ συμβεβηκός*; (iii) *o caminhante é homem κατὰ συμβεβηκός*; (iv) *relampeja ao eu caminhar κατὰ συμβεβηκός*. Aos empregos de *καθ' αὐτό* correspondem os empregos de *κατὰ συμβεβηκός*.

Será preciso muito caldo de galinha para lidar com esta passagem à primeira vista pouco ou residualmente problemática – e isto que estou deixando de lado um bom número de problemas. Inicialmente, deve-se observar que Aristóteles não apresenta seus casos em forma direta, como fiz acima (a saber, *A é B καθ' αὐτό*), mas de modo oblíquo: *B pertence a (é atributo de) A καθ' αὐτό*. Há vantagens para este último modo de apresentação, em particular para o cálculo silogístico, bem como pelo fato de tirar toda atenção de um eventual resíduo metafísico ligado ao famoso problema do ser, presente na forma direta na flexão *έ*. A despeito disto, vou manter a versão mais pedestre, na forma direta. Mesmo assim, é preciso observar que Aristóteles usa duas estruturas quando se exprime

em modo oblíquo: (a) *B ὑπάρχει A* (em que *B* está no nominativo e *A*, no dativo) e (b) *B ἐνυπάρχει ἐν A* (em que, novamente, *B* está no nominativo e *A*, no dativo). Na estrutura (a), *ὑπάρχειν* tem o valor geral de um atributo qualquer pertencer a um sujeito, embora Aristóteles tenha frequentemente em mente nos *Analíticos* atributos que figurem na definição do sujeito; ademais, por não ser um termo técnico, *ὑπάρχειν* pode igualmente indicar um elemento constitutivo de algo, como linhas que *ὑπάρχουσιν* a triângulos porquanto são partes constitutivas dos triângulos, ou – outro exemplo – pontos que *ὑπάρχουσιν* a linhas porquanto são partes constitutivas das linhas, independentemente de saber se linhas comparecem na definição de triângulo ou pontos na de linha. Por outro lado, a estrutura (b) é de uso técnico, denotando o atributo como elemento da essência daquilo a que é atribuído e que, por conseguinte, figura em sua definição. Daqui Ross observa que “o que *ἐνυπάρχει ἐν* algo pode ser dito *ὑπάρχειν* a isto, mas não o contrário” (ROSS 1957, pp. 520-521). Voltarei a este comentário de Ross na parte II, quando da reconstrução da passagem, na intenção de atenuar a força de sua observação.

Uma segunda observação diz respeito ao fato que Aristóteles dedica sua atenção precipuamente aos dois primeiros casos, citando os dois últimos como que por desejo de completude. Isto é já marcado pela estrutura *τε ... καί* que une intimamente o *per se*₁ em 73a34 ao *per se*₂ em 73a37, destacando-os sintaticamente dos outros membros do grupo. A posição privilegiada atribuída em conjunto aos *per se*₁ e *per se*₂ vê-se confirmada dois capítulos adiante, em I 6 74b7-10, assim como em I 22 84a12-17. Quais as consequências que este destacamento produz em geral não serão analisadas aqui³; seguirei o procedimento aristotélico e também vou ocupar-me exclusivamente dos dois primeiros casos, *per se*₁ e *per se*₂. Limito-me a observar que, se *accidente* é o que se contrapõe ao *per se*, propor uma alta proximidade entre *per se*₁ e *per se*₂ nos convida a tomar como *accidente* não o que separadamente não é *per se*₁ ou *per se*₂, mas o que não é, conjuntamente, nem *per se*₁ nem *per se*₂ (sob pena de, em caso contrário, tomar um *per se*₂ como acidente por não ser *per se*₁ e vice-versa).

Um outro problema que reclama exame diz respeito a qual lado da proposição conectar o complemento *καθ' αὐτό*: ao sujeito ou ao predicado? Em certas passagens, *καθ' αὐτό* parece estar ligado ao predicado, como nos casos de *per se*₁ (por exemplo: *o homem é animal per se*) ou em passagens como *Met. Γ 2*

³ Sobre, em particular, o uso do *per se*₄ para a constituição da ciência aristotélica, ver PORCHAT (2001); contra, ANGIONI (2004b), volume no qual se encontra também a resposta de PORCHAT (2004).

1004b5-6, E 1 1025b12-3 e Z 5 1030b22-3. Em outras, porém, parece ligar-se antes ao sujeito, como em Γ 1 1003a21-1, Δ 18 1022a26-7, 30 1025a30-2, Z 4 1029b14-5 ou *Phys.* Δ 4 210b32-4. Reproduzo aqui a lista fornecida por Mignucci, quem observa que, no tocante a este ponto, a estrutura oblíqua é prejudicial, pois torna ambíguo o posicionamento de $\kappa\alpha\theta' \acute{\alpha}\upsilon\tau\acute{o}$ na frase, ao passo que, ao modo direto, fica evidente, segundo Mignucci, que “ $\kappa\alpha\theta' \acute{\alpha}\upsilon\tau\acute{o}$ caracteriza o modo de ser do sujeito em relação ao predicado e não vice-versa. <...> A suposta atribuição do $\kappa\alpha\theta' \acute{\alpha}\upsilon\tau\acute{o}$ ao predicado só ocorre no caso das formulações das proposições por meio do $\acute{\upsilon}\pi\acute{\alpha}\rho\chi\epsilon\iota\nu$ ” (MIGNUCCI 1975, p. 62).

Convém, porém, ter cautela aqui. Com efeito, nossa passagem I 4 73a34-b26 é peça de uma prova mais abrangente, a saber, que a ciência se articula por meio de silogismos compostos de premissas necessárias, sendo, portanto, preciso determinar a natureza destas premissas de que dependem as demonstrações científicas. Para tanto, são introduzidas as noções *de omni* e *per se* para explicar em que sentido uma premissa é tomada aqui como uma proposição *universal* e, dada esta noção altamente exigente de universalidade, é mostrado que tais proposições não podem ser senão necessárias. O que é dito *de omni* requer que seja dito de todo sujeito em pauta, sem exceção, e sempre, porquanto uma proposição *de omni* pode ser refutada ou porque um sujeito não tem o predicado, ou porque não o tem em dado momento. O importante é ver que se trata da *quantificação* que opera obrigatoriamente sobre os sujeitos sob a forma de uma universalização: *todos os As são B*. A quantificação opera sobre o sujeito e não pode operar sobre o predicado, sob pena de criar proposições malformadas (como *os As são todos Bs*, ligando *todos* aos *Bs*). A proposição que constitui uma premissa da demonstração científica deve, portanto, ser dita de todos os sujeitos a que se refere. Isto, porém, não basta para garantir sua necessidade. Afinal, é sempre possível que, por uma conspiração cósmica, todos os homens sejam caolhos. É preciso, ademais, caracterizar o tipo de elo predicativo, deixando claro que se trata de uma relação intrínseca e não extrínseca. É para esta segunda perspectiva que Aristóteles mobiliza a noção de *per se*: em todos os seus empregos, se *A é B* $\kappa\alpha\theta' \acute{\alpha}\upsilon\tau\acute{o}$, então *A é intrinsecamente B*. O valor de $\kappa\alpha\theta' \acute{\alpha}\upsilon\tau\acute{o}$ não se acopla nem ao sujeito, nem ao predicado: ele tem função adverbial e caracteriza o tipo de ligação em pauta. Uma proposição *universal* (no sentido aqui definido) é uma proposição que pode funcionar como premissa de uma demonstração científica porque quantifica sobre uma relação intrínseca: *todos os As são_{intrinsec} B*. Isto explica porque, em I 4, Aristóteles nos diz que *número é_{intrinsec} ímpar*, pois a função do $\kappa\alpha\theta' \acute{\alpha}\upsilon\tau\acute{o}$ é garantir um tipo de elo entre sujeito e predicado que seja apto a alçar a proposição em pauta a premissa de uma demonstração científica. Obviamente,

não basta isto, pois é preciso também quantificar relativamente ao sujeito, de modo que a premissa científica deverá conter como sujeito *todos os números*, o que, no caso em questão, deve impor alguma restrição ao sujeito em questão ou levar a alguma alteração no predicado para que a proposição seja verdadeira, pois é falso dizer que *todos os números são pares* ou que *todos os números são ímpares*. Aqui, porém, em I 4, está-se analisando a premissa de uma demonstração científica *decompondo* suas propriedades: ela é uma proposição em que há uma universalização operando no sujeito (*todos os As*) e em que há uma ligação intrínseca entre sujeito e predicado ($A \text{ é}_{\text{intrinsec}} B$).

A análise procede, pois, isolando as características *de omni* e *per se* e as examina à parte. Um pouco mais adiante, em I 6, Aristóteles refere-se novamente aos seus dois tipos preferenciais, *per se*₁ e *per se*₂, e apresenta o *per se*₂ acomodando em sua descrição o que ocorre quando sofre a universalização prevista para toda premissa científica. Com efeito, é dito então que, no caso do *per se*₂, “é necessário que um dos contrários seja o caso” (74b9-10). No tocante aos números (inteiros), os contrários em pauta são par e ímpar. Nas *Categorias*, ao buscar distinguir a contrariedade de outros três tipos de oposição, referindo-se aos contrários que não possuem intermediários, Aristóteles escreve que “ímpar e par se predicam do número e, o que é importante, necessariamente um dos dois, ou ímpar ou par, se atribui ao número” (10 12a6-8). A expressão usada é ἀναγκαῖον θάτερον τῶ ἀριθμῶ ὑπάρχειν ἢ περιττὸν ἢ ἄρτιον, o que nos convida a propor algo como “necessariamente, todo número é ou par ou ímpar”, o que parece gerar a proposição que pode funcionar como premissa de uma demonstração científica, como é sugerido em *APost.* I 6. Esta solução pode mesmo já estar engatilhada em I 4, pois lá é dito que o *per se*₂ pode dar-se pelos opostos, como *reto* ou *curvo* para *linha* e, no caso de *número*, os opostos são *par* ou *ímpar* (73b18-21). Não é claro, porém, se o que Aristóteles tem em vista é de fato uma proposição do tipo *todo número é par ou ímpar*, com um predicado disjuntivo; I 6 sugere esta pista, mas não é assertivo a este respeito.⁴ O que é claro é que, aqui, em I 4, se trata tão somente de distinguir a função *per se* da operação *de omni* no intuito de investigar o que está em jogo quando o *καθ’ αὐτό* entra em cena, sem se comprometer com

⁴ A solução sugerida em I 6 é bastante intuitiva e foi adotada por BARNES (1994), ainda que *cum grano salis* (pp. 112-114). Com efeito, tal solução não deixa de gerar dificuldades. A este respeito, ver as ponderações de FERREJOHN (1991), que prefere a solução de reconhecer um novo tipo de enunciado, batizado por ele de “*referential particular*” (pp. 103-108), enunciados que permitiriam gerar proposições do tipo “alguns números são necessariamente ímpares” ou “alguns números são necessariamente pares”, operando uma restrição no sujeito da proposição, sem gerar um predicado disjuntivo.

o tipo de universalização que se acopla à relação $\kappa\alpha\theta' \acute{\alpha}\upsilon\tau\acute{o}$ quando esta passa a funcionar como premissa de uma demonstração científica.⁵

Em Δ 18 da *Metafísica*, encontramos igualmente uma lista de diferentes empregos de $\kappa\alpha\theta' \acute{\alpha}\upsilon\tau\acute{o}$. O que unicamente nos interessa aqui, volto a assinalar, é o estatuto atribuído aos sentidos de *per se*₁ e *per se*₂. A este respeito, esta lista é notável pelo que ela confirma e pelo que ela silencia. Em Δ 18 1022a27-9, é mencionado sem ambiguidades o caso do *per se*₁, servindo como ilustração Cálidas, que é dito ser_{per se1} animal, pois *animal* figura na fórmula que exhibe sua essência. Por outro lado, Δ 18 não menciona o caso do *per se*₂. E, o que é notável, em seu lugar aparece o caso daquilo em que primeiramente algo ocorre (1022a16-7) ou de que é primeiramente mostrado (1022a29-31). Este novo caso, por assim dizer, não está mencionado em *APost.* I 4 entre os casos de $\kappa\alpha\theta' \acute{\alpha}\upsilon\tau\acute{o}$, pelo menos não à primeira vista. Δ 18 o explica em termos da matéria e do substrato primeiro para algo (1022a18-9) e o exemplifica com *branco* para *superfície* (1022a30-1).⁶ Este exemplo volta a ser encontrado em *Z* 4: *branco é atribuído à superfície* $\kappa\alpha\theta' \acute{\alpha}\upsilon\tau\acute{o}$ (*Z* 4 1029b16-7). Este novo caso é tanto mais importante que Aristóteles insistentemente nos diz que a propriedade de ter a soma dos ângulos internos igual à de dois retos (2R) não pertence primariamente ao isósceles, ao escaleno ou ao equilátero, mas ao triângulo enquanto tal, de sorte que a prova científica de 2R como atributo deve ser feita para todo triângulo e não para o escaleno, equilátero ou isósceles.

Trata-se, porém, realmente de um caso novo? O que pertence primeiramente a algo é visto como um tipo de *per se* em Δ 18, mas *APost* I 4 também o menciona, ainda que não o faça na lista oficial dos casos de *per se*, mas obliquamente. Com efeito, no parágrafo final de I 4, é enfatizado que dizer que algo vale *per se*₁ ou *per*

⁵ À luz do que diz quando lida com *animal é per se*₂ macho e *animal é per se*₂ fêmea (examinados mais adiante como caso 2b), Aristóteles está reagindo à diferença entre $\forall x (Fx \rightarrow Gx)$, captado pelo *per se*₁, como ocorre em *todo homem é animal*, e $\forall x (Fx \wedge Gx \rightarrow Ix)$, a ser captado pelo *per se*₂, como ocorre em *todo animal fêmea tem tais e tais características*, quando estas estruturas são tomadas a título de princípio ($\acute{\alpha}\rho\chi\eta$). Por outro lado, não há sinal na obra de Aristóteles de $\forall x (Fx \rightarrow Gx \vee Hx)$ funcionando como princípio para uma ciência. Ver, mais adiante, a nota 11.

⁶ Δ 18 fornece como segundo exemplo a alma para a vida (1022a32), com a função de ilustrar que algo também é *per se* no sentido em pauta se, de um dado sujeito ou substrato, uma parte sua tiver certa propriedade a título primeiro, como o viver é para a alma a título primeiro. Dado que a alma é parte do homem (em algum sentido de *parte*), então *viver* vale como *per se* no sentido em pauta para *homem*: *o homem vive_{per se} pela alma*. O substrato ou sujeito aqui é *homem*, que tem o *viver_{per se}* (no sentido em pauta) por conta de a alma ser uma parte do homem. Daqui não se segue que a alma é substrato da vida, porquanto a passagem expressamente observa que é o homem que é o substrato em questão, funcionando como substrato, porém, em função de uma de suas partes (em algum sentido ou comum ou cientificamente legitimado de *parte*).

se_2 de alguma coisa é equivalente a dizer que vale desta coisa *enquanto tal coisa* (73b28-28: $\eta\eta$ ou, em latim, *qua*). Aristóteles então introduz seu conhecido exame da propriedade 2R, que não vale para a figura *enquanto figura geométrica*, pois há figuras cuja soma dos ângulos internos não é igual à de dois retos (o quadrado, por exemplo), mas tampouco vale para o isósceles *enquanto isósceles*, pois, embora o isósceles tenha a propriedade 2R, ele a tem não enquanto isósceles, mas enquanto triângulo: um triângulo qualquer, como o isósceles, por exemplo, tem a propriedade 2R, “mas não a tem a título primeiro, mas é o triângulo que a tem a título propriamente primeiro” (73b38-9). A propriedade 2R vale para o triângulo enquanto tal, isto é, vale para o triângulo pelo fato de ser triângulo e não pelo fato de ser este tipo de triângulo (isósceles, no caso) ou por ser uma figura. Há, assim, uma confluência entre os casos *per se₁* e *per se₂* e certos atributos, os atributos primitivos, como 2R para triângulos, dado que todos eles são atribuídos *enquanto tais*, havendo, pois, o uso comum para eles do pronome em uso adverbial $\eta\eta$ ou *qua*. Com efeito, se *B se atribui a A* $\kappa\alpha\theta' \alpha\upsilon\tau\acute{o}$, seja como *per se₁*, seja como *per se₂*, então *A é B* $\eta\eta A$; de modo similar, se *B* é um atributo primitivo de *A*, então *A é B* $\eta\eta A$. Como vimos, proposições *per se₁* e *per se₂* constituem proposições necessárias quando a elas se acopla a quantificação *de omni*, pois são geradas deste modo proposições universais, segundo o modo exigente que *APost.* I 4 atribui à universalidade, e podem, por conseguinte, funcionar como premissas de demonstrações científicas. Ora, o mesmo ocorre com os atributos primitivos: na medida em que o triângulo, enquanto triângulo, tem 2R, nesta medida o triângulo pode ser dito ter 2R $\kappa\alpha\theta' \alpha\upsilon\tau\acute{o}$ (I 4 73b31-2) e, então, a universalidade (no modo exigente em linha com I 4) vale para estas proposições, que ficam aptas a funcionar como premissas de uma demonstração científica. Não parece, pois, que se trata de um caso novo, mas seria antes uma relação que pode ser reduzida a uma das duas, ou ao *per se₁* ou ao *per se₂*.

No entanto, isto não deve dar lugar a uma confusão entre casos de *per se₁* ou *per se₂* e atributos primitivos. De pronto, deve-se assinalar que as proposições *per se₁* e *per se₂* estão enraizadas em propriedades de essência, ao passo que atributos, como 2R para triângulos, não deixam de ser o que são, a saber, atributos, a despeito de serem alçados ao campo da universalidade e necessidade requeridas para o conhecimento científico. O capítulo Δ 30 da *Metafísica*, dedicado à noção de *acidente*, se conclui com o reconhecimento de um outro modo de ser do acidente, a saber: “tudo o que é atribuído a algo $\kappa\alpha\theta' \alpha\upsilon\tau\acute{o}$, sem que esteja na essência” (1025a30-1: $\acute{o}\sigma\alpha \upsilon\pi\acute{\alpha}\rho\chi\epsilon\iota \acute{\epsilon}\kappa\acute{\alpha}\sigma\tau\omega \kappa\alpha\theta' \alpha\upsilon\tau\acute{o} \mu\eta \acute{\epsilon}\nu \tau\eta \omicron\upsilon\sigma\acute{\iota}\alpha \acute{\omicron}\nu\tau\alpha$. A cláusula final, $\mu\eta \acute{\epsilon}\nu \tau\eta \omicron\upsilon\sigma\acute{\iota}\alpha \acute{\omicron}\nu\tau\alpha$ (*sem que esteja na essência*), é crucial nesta

formulação.⁷ O exemplo com que Δ 30 ilustra este caso excepcional de acidente é justamente o atributo 2R para o triângulo, ao que acrescenta em sequência que estes acidentes podem ser eternos, ao passo que os acidentes ordinários não o são. Neste sentido, trata-se bem de um novo caso de $\kappa\alpha\theta' \acute{\alpha}\upsilon\tau\acute{o}$, que pode ser batizado de *per se*₅, haja vista ao fato de obter seu título de $\kappa\alpha\theta' \acute{\alpha}\upsilon\tau\acute{o}$ por ser um atributo primitivo, que, como tal, vale $\tilde{\eta}$ ou *qua* para o respectivo sujeito. Há uma diferença considerável entre ser *per se* em função de uma relação essencial e ser *per se* em função de o atributo ser primitivo, o que se busca captar pela distinção entre *per se*₁ e *per se*₂, de um lado, e *per se*₅, de outro. Pode-se mesmo conjecturar que proposições *per se*₅ são $\kappa\alpha\theta' \acute{\alpha}\upsilon\tau\acute{o}$ de modo derivado, porquanto, na medida em que são proposições que descrevem atributos primitivos, são proposições $\tilde{\eta}$ e, por serem proposições $\tilde{\eta}$, são proposições que convergem ao uso $\kappa\alpha\theta' \acute{\alpha}\upsilon\tau\acute{o}$, o qual ocorre canonicamente nos casos ligados à essência, isto é, nos *per se*₁ e *per se*₂. Resta que é esta qualidade de primitividade que alça os *atributos* como 2R à universalidade forte de I 4, colocando-as, deste modo, no patamar da necessidade requerida pela demonstração científica, ao lado das proposições *per se*₁ e *per se*₂, com a diferença que estas últimas se enraízam em relações de essência, ao passo que aquela permanece uma relação de atributo a um substrato, por mais primitiva que seja.⁸

O quadro que daqui se forma é bastante complexo. Entre as proposições, podem alçar-se a premissas de uma demonstração científica primeiramente:

1. *homem é per se*₁ *animal*,

⁷ Para uma tese contrária, que busca reconduzir todo atributo necessário a uma proposição de essência (sob a forma de um *per se*₂), ver BRONSTEIN (2016), pp. 46-50, bem como a nota seguinte.

⁸ Contra a ideia de um novo caso de *per se* para a relação de 2R como atributo primitivo do triângulo, ver MCKIRAHAN Jr. (1992), especialmente pp. 80-102, para quem “*the explicit reference to examples used in the accounts of the per se 1 and per se 2 relations makes it difficult to accept that Aristotle is introducing a different and as yet unheard of kind of per se relation to hold between triangle and 2R*” (p. 98). McKirahan supõe que (i) *C é A* se torna um tópico apropriado de ciência se e somente se (ii) *C* é um subconjunto de *B* e (iii) *B é per se*₂ *A*. No caso dos triângulos, (i) *isósceles tem 2R* é uma premissa científica se e somente se (ii) *isósceles é um tipo de triângulo* e (iii) *o triângulo tem per se*₂ *2R*. (ii) é incontestavelmente verdadeira, mas (iii) é controversa e, muito possivelmente, falsa, pois não há nada na explicação de 2R que implique a natureza do triângulo. Na perspectiva que defendo, (iii) deve simplesmente dizer que 2R é um atributo primitivo do triângulo, o que permite, *eo ipso*, lhe dar o tratamento de necessidade que a ciência requer (aos moldes de *APost.* I 4) por meio da estrutura que $\tilde{\eta}$ lhe aporta, dando-lhe a forma de um $\kappa\alpha\theta' \acute{\alpha}\upsilon\tau\acute{o}$, que denomino aqui de *per se*₅.

porque *animal* figura na definição de *homem*. Este é o caso menos problemático e sua legitimidade no campo da ciência não parece suscitar dúvidas. O próximo caso é menos óbvio:

2a. *número é per se₂ par,*

porque aquilo a que *par* é atribuído (a saber, *número*) figura ele próprio na definição do atributo (no caso, *par* é definido como *número de tal e tal tipo*). Para se generalizar, será preciso recorrer a algum artifício. O artifício mais intuitivo seria a introdução de um predicado disjuntivo, do tipo *todo número é par ou ímpar*, mas um predicado disjuntivo não deixa de provocar dificuldades, ainda mais se tomado como princípio para uma ciência. Outros exemplos de Aristóteles mostram que a universalização de um *per se₂* requer certos cuidados. De acordo com *Metafísica Z* 5 1030b21-2,

2b. *animal é per se₂ macho,*

porquanto *animal* comparece na definição de *macho* (*macho é animal de tal e tal tipo*), *macho* sendo um atributo de *animal*. O que está em questão aqui é que há uma relação intrínseca entre *macho* e *animal*, pois *macho* é um animal de certo tipo, em contraste com *fêmea*, sem que *macho* ou *fêmea* constituam espécies distintas para as espécies animais (*Met.* I 9 1058a31-2: *mulher* não é uma espécie distinta de *homem*, mas há uma e uma única espécie, *ser humano*). Esta relação intrínseca é garantida por uma relação invertida de essência: *macho* não comparece na definição de *animal*, mas *animal* comparece na definição de seu atributo. Este exemplo é particularmente útil. Com efeito, Aristóteles nos diz expressamente que nem todo animal é macho ou fêmea (*Hist. Anim.* I 3; *De Gener. Anim.* I 1), de modo que não se pode esperar quantificar no sujeito ligando-o a um predicado disjuntivo, algo como em *todo animal é per se₂ macho ou fêmea*, pois isto é falso. De fato, o animal é macho ou fêmea em virtude de a faculdade de reproduzir, que é inerente a todo animal, se dar de modo que a parte pela qual se faz e a em que se dá a reprodução ocorrem em indivíduos distintos, fazendo de um o macho, que é a causa eficiente, e de outro a fêmea, que é a causa material. Contudo, não são todas as espécies animais nas quais estas partes se dão em indivíduos distintos. Mesmo assim, a distinção entre macho e fêmea é claramente um princípio, ἀρχή, como é expressamente declarado em *De Gener. Anim.* I 2 716b10. Sinal disto é que uma mudança que venha a ocorrer na natureza destas partes reprodutivas acarreta necessariamente mudanças em tudo o que depende delas.⁹ O ponto a

⁹ Há, de fato, muitos atributos que um animal possui *qua* macho ou *qua* fêmea que são próprios (ἰδία) a eles sob esta caracterização (*Met.* M 3 1078a5-8); estes atributos necessariamente sofreriam mudança se os princípios de que dependem – ser animal macho, ser animal fêmea – fossem

reter aqui é que *macho* e *fêmea* estão ligados a *animal* por meio de uma inscrição à essência, mas esta inscrição se dá de modo invertido, pois é o atributo que carrega a referência à essência. Mesmo que inversamente inscrita, é uma inscrição de essência, o que lhe garante um estatuto de princípio. Com efeito, não há ciência do animal que possa dispensar de seus princípios a distinção entre animal macho e animal fêmea.

Uma situação muito distinta ocorre quando 2R é atribuído ao triângulo:

3a. *triângulo tem per se* 2R,

porquanto o triângulo tem o atributo 2R $\kappa\alpha\theta'$ $\alpha\upsilon\tau\acute{o}$ não porque há alguma imbricação de essência (direta ou reversa) entre triângulo e 2R, mas porque triângulo é o substrato primeiro para 2R. Não há como definir *macho* ou *fêmea* sem fazer referência a *animal* (Z 5 1030b25-6, 1031a4); 2R, porém, é definido sem referência a *triângulo*. Por sua vez, a universalidade (no sentido forte aqui adotado) e sua conseqüente necessidade provêm da natureza primitiva de 2R como atributo do triângulo, visto que a ela se pode agregar a quantificação quanto ao sujeito. A universalização não ocorre para *macho* e *fêmea* em relação a *animal*; ela ocorre, porém, aqui, pois todo triângulo tem 2R, o que se verifica pela coextensividade entre algo ser triângulo e algo ter 2R.

Uma situação similar é a que *Metafísica* Z 4 1029b16-7 nos fornece em relação à cor para toda superfície:

3b. *superfície é per se* branca,

porquanto a cor é atribuída a um corpo porque primitivamente ocorre na superfície dos corpos (Δ 18 1022a17) e o branco é uma cor. A definição de *cor* é dada sem referência a superfície, pois é *cor tudo o que é capaz de pôr em movimento o diáfano em ato* (*De anima* II 7 418a31-b1). Neste sentido, ocorrer na superfície de um corpo é uma condição (material) para poder pôr em movimento o diáfano que circunda o corpo, mas não está referida na definição de *cor*. Há, contudo, uma relação intrínseca entre superfície e cor em função de a superfície ser o substrato primeiro para aquilo que é suscetível de pôr em movimento o diáfano que circunda os corpos. De modo similar, o triângulo pode ser definido como *figura plana retilínea de três lados* (*Elem.* I def. 20) e, como Euclides mostra na proposição

alterados (*De Gener. Animal.* I 2 716b10-2; cf. *EE* I 6 1222b25-6). Que seja um princípio, aliás, é aceito por todos; alguns pitagóricos, inclusive, colocam a oposição *macho* – *fêmea* entre os dez princípios básicos, organizados em colunas de opostos (*Met.* A 5 986a22-27; *macho* – *fêmea* figuram como o quinto princípio), o que é obviamente extravagante, pois nem mesmo todo animal é ou macho ou fêmea.

32 do livro I, pode-se construir uma prova geométrica para demonstrar que toda figura plana assim constituída tem 2R. Daqui se segue uma relação intrínseca entre triângulo e 2R pelo fato de o triângulo ser o substrato primeiro de 2R, ao qual se agrega uma prova de universalidade, mas esta relação intrínseca não é dada por um recobrimento definicional (nem como *per se*₁ nem como *per se*₂). Assim, o triângulo tem *per se*₅ 2R. Porém, há uma diferença significativa com a superfície ser *per se*₅ branca. A cor é uma qualidade que está na superfície dos corpos, mas é uma qualidade que possui diversos intermediários entre seus extremos (o branco e o preto). No caso de qualidades cujos contrários não admitem intermediário, como *sadio* e *doente* para um ser vivo, necessariamente um ou outro dos extremos será o caso.¹⁰ Porém, no caso de qualidades em que há intermediário(s) entre seus extremos, não é necessário que um ou outro dos contrários seja o caso. O que é necessário é que toda superfície de um corpo seja colorida, mas isto parece pouco informativo para fazer parte dos atributos demonstrados de uma dada ciência. A relação *per se*₅ é, assim, menos impositiva quanto à natureza científica de suas proposições do que o é a relação *per se*₂, pois, apesar de haver problemas quanto à quantificação das proposições *per se*₂, elas não podem ser dispensadas dos princípios de uma dada ciência, ao passo que há casos de *per se*₅ que podem ser dispensados da alçada do conhecimento científico.

Para complicar as coisas um pouco mais, há casos em que não é claro que tipo de explicação se deve utilizar. Para os contrários que não admitem intermediário, como vimos, é necessário que um dos dois seja o caso, como *saúde* ou *doença* para um ser vivo. Por outro lado, há contrários que admitem intermediários, como *quente* e *frio*, o intermediário sendo *morno*, ou mesmo *preto* e *branco*, entre os quais há vários intermediários; para todos estes casos, não é necessário que um ou outro dos extremos seja o caso. Porém, há casos ainda em que, embora existam intermediários, um e somente um dos contrários ocorre, e isto de modo

¹⁰ Estou seguindo aqui as lições de *Categorias* 10. Neste texto, Aristóteles parece colocar em um mesmo plano a relação *per se*₂ de par e ímpar com o número e a que vige entre *sadio* e *doente* para o ser vivo, isto é, o caso de uma qualidade cujos contrários não admitem intermediário, caso em que um dos dois contrários necessariamente deve ocorrer (mas não definitivamente: um animal pode passar de *sadio* a *doente*). Com efeito, em 10 12a4-9 e 12b31-32 Aristóteles menciona ambos em conjunto para ilustrar o caso de contrários que não admitem intermediários. Isto poderia sugerir que Aristóteles esteja tratando os casos de *per se*₂ em um mesmo nível que os casos que deveriam ser analisados propriamente como *per se*₅, o que iria de encontro à minha distinção entre *per se*₂ e *per se*₅. No entanto, deve-se observar que *Cat.* 10 opera com uma distinção entre *o que ocorre em algo* e *o que se predica de algo*, o primeiro membro se aplicando ao par *saúde*-*doença*, o segundo ao par *ímpar*-*par*, o que parece permitir preservar a distinção sugerida entre *per se*₂ e *per se*₅ ao indicar uma oposição entre propriedades de essência (que são ditas de sujeitos) e atributos (que estão em sujeitos), respectivamente.

determinado, isto é, sempre é o caso. *Toda neve é branca* ou *todo fogo é quente* ilustram bem este último caso (*Cat.* 10 12b38). Fixemos a atenção na neve sempre ser branca. Qualquer que seja a explicação para o fato de a neve não poder ser outra coisa senão branca, é esta explicação a mesma que explica por que todo cisne é branco? Afinal, de acordo com os *Primeiros Analíticos*, o cisne é necessariamente branco (I 19 38a32-3; cf. 16 36b12). É possível que se encontre uma relação *per se*₅ para explicar a brancura da neve (outra que a neve ser um corpo e ter, assim, superfície), apta assim a ser universalizada e, portanto, capaz de gerar a necessidade requerida para o conhecimento científico deste atributo. No caso dos cisnes, porém, sabemos que é acidental, pois os cisnes australianos são pretos. Esta última relação (*cisne – brancura*) deve antes ser assimilada ao caso da acidentalidade ordinária, o qual contrasta fortemente com os diversos tipos de relação *per se* investigados. Um bom exemplo de acidentalidade ordinária é o seguinte:

4. *homem é branco.*

Nos casos 1, 2 e 3, a despeito de suas diferenças, a principal das quais consistindo no fato de 1 e 2 implicarem relações de essência, ao passo que 3 está fundado em um substrato primeiro (o que distingue, em bloco, *per se*₁ e *per se*₂ do *per se*₅), há uma relação intrínseca entre sujeito e predicado que é preciso investigar no campo científico apropriado; no caso 4, contudo, a relação em pauta é extrínseca e caracteriza em geral o acidente em sua natureza ordinária, que cai fora da alçada de todo conhecimento científico.

Concluo esta primeira parte mencionando somente dois detalhes a respeito deste ponto, deixando de lado um bom número de problemas, por falta de espaço. Já Zabarella (1587) apresentava como exemplo de *per se*₂ a capacidade de rir para o homem: *homo est risibilis* é, para ele, uma proposição *per se secundo modo* (p. 23 verso, coluna 1). É natural a tendência de querer comprimir tudo para dentro dos quatro tipos de *per se* listados nos *Segundos Analíticos*, em especial aos dois primeiros tipos, mas talvez devamos resistir a esta tentação. Ser capaz de rir é um *próprio* (ἴδιον) do homem e, a este título, se contra-predica dele: se *x* é um homem, então *x* é capaz de rir; se *x* é capaz de rir, então *x* é um homem. Isto certamente dá um estatuto privilegiado às proposições que enunciam próprios de seus objetos. Porém, o ἴδιον não faz parte da essência do objeto e, a este título, não deve ser assimilado a um *per se*₂, pois este último acarreta uma relação de essência. Não há nenhum demérito nisto; nem todo céu é céu de brigadeiro, podendo haver, pois, nuvens e nuvens para a investigação científica. Por outro lado, o ἴδιον aproxima-se do *per se*, em função da conexão entre coextensividade

e contra-predicação, o que lhe traz certa aura de *perseidade* – o termo já está mesmo dicionarizado – sem que por isso se deva assimilá-lo a um *per se*.¹¹

Por sua vez, e esta é a segunda observação, com a qual concludo esta primeira parte, o *per se* gera uma expressão que pode causar surpresa, o *acidente por si*. Com efeito, as propriedades que não estão na essência, mas que pertencem por si a um substrato a título primeiro, podem, nesta medida, ser eternas, como nos lembra Δ 30 1025a30-4. Neste sentido, estes atributos estão em forte contraste com os acidentes ordinários, que não podem ser eternos. Estas propriedades, contudo, não perdem a natureza de atributo e, em geral, de acidente, embora se revistam da cor púrpura do eterno, o que faz com que sejam ditas *συμβεβηκότα καθ' αὐτά*. A expressão pode causar surpresa, pois torce o sentido de *acidente* a ponto de expurgar dele toda acidentalidade ordinária. Causaria muito mais espécie, porém, se este expurgo entronizasse estes atributos no mundo das essências.

– II –

Nesta segunda parte, gostaria de examinar com mais atenção a letra do texto de I 4 no qual Aristóteles apresenta o *per se*. Estamos todos de acordo sobre como interpretar a relação *καθ' αὐτό* de *A* e *B* nos dois casos em que está em questão uma descrição da essência. Para um *per se*, duas condições devem ser satisfeitas: (i) *B* se atribui a *A* e (ii) *B* figura na definição de *A*. Exemplo, no modo oblíquo: *animal se atribui per se a homem*, pois (i) *animal* é atribuído a *homem* e (ii) *animal* faz parte da essência de *homem*. Para um *per se*, novamente duas condições devem ser satisfeitas: (i) *B* se atribui a *A* e (ii) *A* figura na definição de *B*. Exemplo: *ímpar se atribui per se a número*, de sorte que *número* é *per se* *ímpar*, pois (i) *ímpar* é atribuído a *número* e (ii) *número* figura na definição de *ímpar*. Eles se opõem em bloco, neste sentido, a toda relação *καθ' αὐτό* que não recorra a definições, seja

¹¹ Uma questão mais complexa é a de determinar as relações entre *ἴδιον* e *per se*. Por um lado, se *ἴδιον* acarreta contra-predicação, isto nem sempre vale para os itens *per se* (mesmo operando com com disjunções, como no caso de *animal é per se fêmea ou macho*), e, nos casos de *per se*, a contra-predicação requereria que alguns fossem reformulados (e.g., *superfície é per se colorida*) ou apresentados com disjunções, por mais numerosas que sejam (*superfície é per se ou branca ou verde ... ou preta*), o que parece dar um ar superior ao *ἴδιον* neste quesito. Por outro lado, o registro *per se* tem função *explicativa*, seja na forma de uma ligação (direta ou reversa) de essência, seja como atributo primitivo, ao passo que o *ἴδιον* não tem função explicativa, mas *designativa*, pois garante a substituição *salva veritate*, mas não faz mais do que isto, o que diminui em muito seu eventual valor científico.

do sujeito, seja do predicado. Meu foco aqui é o *per se*₂. A seu respeito, Zabarella (1587) apresenta muito claramente o consenso sobre como deve ser entendido, relatando do seguinte modo as duas condições para o *per se*₂: “*predicatum in subjecto inesse & subjectum sumi in definitione praedicati*” (p. 23 verso, coluna 2). O consenso, no entanto, rapidamente se desfaz quando nos perguntamos *como* Aristóteles exprime estas duas condições para o *per se*₂. Vou dedicar esta segunda parte ao exame da *letra* do texto de Aristóteles, supondo resolvido o problema do *espírito* da passagem.¹²

Que haja certa obscuridade na expressão não passou despercebido a Filopono (61, 18), que pôde assim exercer suas habilidades de gramático, localizando a dificuldade no αὐτοῖς da linha 73a37 e propondo substituí-lo por τίσι para assim tornar a passagem clara (61, 21-2). Na verdade, Filopono não eliminou a obscuridade, que persiste (volto a este ponto mais adiante).¹³ Forneço a seguir o texto grego, marcando as variantes e mantendo as linhas da edição Bekker para facilitar a referência:

73a34	Καθ' αὐτὰ δ' ὅσα ὑπάρχει τε ἐν
35	τῷ τί ἐστίν, οἷον τριγώνῳ γραμμῇ καὶ γραμμῇ στιγμῇ (ή
36	γὰρ οὐσία αὐτῶν ἐκ τούτων ἐστί, καὶ ἐν τῷ λόγῳ τῷ λέγοντι
37	τί ἐστίν ἐνυπάρχει), καὶ ὅσοις τῶν ἐνυπαρχόντων (Ross: ὑπαρχόντων) αὐτοῖς αὐτὰ
38	ἐν τῷ λόγῳ ἐνυπάρχουσι (C: ὑπάρχουσι) τῷ τί ἐστί δηλοῦντι, οἷον τὸ εὐθὺς
39	ὑπάρχει γραμμῇ καὶ τὸ περιφερές, καὶ τὸ περιττὸν καὶ
40	ἄρτιον ἀριθμῶ, καὶ τὸ πρῶτον καὶ σύνθετον, καὶ ἰσόπλευ-

¹² O que, ao que tudo indica, é um problema bem antigo. Alexandre assim formula o *per se*₂: *aquilo em cuja definição está compreendido isto a que é atribuído* (Quaestio I 26 42,30: οὗ ἐν τῷ ὀρισμῶ τὸ ᾧ ὑπάρχει παραλαμβάνεται). Como Alexandre remete esta passagem ao que encontra em Aristóteles e Teofrasto (42,28), isto pode significar que a reformulação já é obra do próprio Teofrasto; de qualquer modo, é assim que prefere formulá-lo Alexandre, que imediatamente acrescenta o conhecido exemplo do número par e ímpar (42,31-43,2).

¹³ Como Zabarella (1587) corretamente enfatiza, αὐτοῖς αὐτὰ é necessário para garantir que os referentes sejam os mesmos. Ao substituir αὐτοῖς por τισί, Filopono perde esta conexão e o resultado de sua proposta é equivalente ao seguinte: (i) Bs se atribuem a Xs e (ii) As figuram na definição de Bs, mas daqui não se segue que A é *per se*₂ B, pois pode ser o caso que X e A não tenham o mesmo referente. Deve-se salientar que Filopono *interpreta* corretamente a passagem, estipulando para o *per se*₂ as condições (i) Bs se atribuem a As e (ii) As figuram na definição de Bs (61, 24-6), mas lê a passagem tortuosamente (em especial, ele toma ἐνυπάρχουσι em 73a38 como verbo finito no presente do indicativo plural; ver, mais adiante, nota 18). McKirahan Jr. (2008) observa unicamente, ao traduzir esta passagem, que o termo que substitui αὐτοῖς é τισί (p. 132 nota 322), sem examinar as consequências desta substituição.

- 73b1 ρον καὶ ἑτερόμηκες· καὶ πᾶσι τούτοις ἐνυπάρχουσιν ἐν τῷ
 2 λόγῳ τῷ τί ἐστὶ λέγοντι ἔνθα μὲν γραμμὴ ἔνθα δ' ἀρι-
 3 θμός.

Bekker e Waitz editam a linha 37 segundo todos os manuscritos, mas Ross argumenta que se deve corrigir ἐνυπαρχόντων em ὑπαρχόντων (voltarei a este ponto); todos concordam em manter na linha 38 a leitura da maioria dos manuscritos (ἐνυπάρχουσι), não retendo a variante ὑπάρχουσι, dada pelo Coislinianus 330 (séc. xi). O que quero examinar propriamente é a introdução do segundo tipo, o *per se*₂, que inicia em 73a37 καὶ ὅσοις e se conclui na linha seguinte, 73a38 δηλοῦντι. Antes, porém, de fazer a análise destas duas linhas, é preciso fazer menção à introdução do *per se*₁ em 73a34-37 por dois motivos. O primeiro é que o καὶ que introduz o *per se*₂ em 73a37 não está livre, mas responde ao τε da linha 73a34, que introduz o *per se*₁. Como já foi dito, o significado deste τε ... καὶ é o de unir fortemente estes dois primeiros casos de *per se*, o que de fato se confirma no resto da obra, pois Aristóteles dá nítida preferência a estes dois (como já vimos) a ponto de deixar passar os dois outros casos (*per se*₃ e *per se*₄) sob silêncio. O outro motivo diz respeito à história da interpretação desta passagem. Fazendo expressa referência a Averróis, Zabarella toma muito cuidado para traduzir 73a34-35 ὅσα ὑπάρχει ἐν τῷ τί ἐστὶν, a segunda condição do *per se*₁, a saber, *B* figura na definição de *A* (a primeira condição sendo dada na sequência: *B* é atribuído a *A*; esta condição é comum aos *per se*₁ e *per se*₂). Ele observa, com efeito, que Aristóteles não pode querer dizer que estes itens estão na definição daquilo a que são atribuídos, pois, ao que parece, isto é falso: *triângulo* (para usar o exemplo dado em 73a35) não é definido como *linha de tal e tal tipo*, mas *linha* é atribuída àquilo que conta como definição de *triângulo*, porquanto o *triângulo* pode ser definido como *figura plana retilínea de três lados* e *linha* é elemento constitutivo dos *lados*. Como observa Zabarella, linhas não estão na definição, mas são constitutivas do que está na definição; nesta medida, ele recusa a tradução da passagem por *quaecunque insunt in definitione* e propõe, de modo mais cauteloso, *quaecunque insunt in eo, quod quid est*, buscando explicitar *modum qua inest*, “o modo pelo qual inere”, isto é, a linha é parte constitutiva dos lados e é com base nos lados que o *triângulo* é definido (p. 23, recto e verso). Baseado nesta observação de Zabarella, Ross insiste que devemos distinguir claramente entre duas estruturas: (i) o caso mais geral, ὑπάρχειν + dativo, que conota o fato de *B* (no nominativo) ser atribuído a *A* (no dativo), o que é equivalente a *A é B*, e (ii) o caso mais preciso de ἐνυπάρχειν ἐν + dativo, empregado para indicar que um item (no nominativo) figura na definição de outro item (no dativo), de modo que, se algo ἐνυπάρχει ἐν a outro item, ele pode ser dito ὑπάρχειν a este item, mas

não o contrário (Ross: 520-1). As duas estruturas diferem, com efeito, e a segunda é mais precisa que a primeira, pois (i) diz somente que há uma relação de atribuição, ao passo que (ii) enfatiza que o que é atribuído figura naquilo a que é atribuído. Aristóteles, contudo, não é tão rígido, pois não raramente usa as estruturas mistas (iii) ὑπάρχειν ἐν e (iv) ἐνυπάρχειν + dativo, o que mostra que há grande flexibilidade no emprego destas estruturas. As passagens *APost.* I 6 74b8-9 e *Met.* Z 5 1030b23-6 são claros sinais de um emprego muito flexível destas estruturas. Mais ainda: a linha pode figurar diretamente na definição do triângulo, se adotarmos a equivalência entre lado e linha para uma figura plana: o triângulo é *figura plana retilínea fechada com três linhas*, por exemplo. Aristóteles ilustra seus pontos com definições que não precisam corresponder às suas, mas que são suficientemente populares para poderem ser facilmente reconhecidas por seus auditores, sendo mesmo tanto mais instrutivas quanto menos se envolvem com teses suas, que podem eventualmente ser controversas ou simplesmente contestadas.¹⁴

Voltemos, pois, à passagem incriminada, 73a37-8 ὅσοις τῶν ἐνυπαρχόντων αὐτοῖς αὐτὰ ἐν τῷ λόγῳ ἐνυπαρχουσι τῷ τί ἐστι δηλοῦντι (na lição da maioria dos manuscritos). Zabarella elegantemente explicita que Aristóteles diz que *de quibuscunque praedicatis quae insunt ipsis subjectis (ecce priorem conditionem) ipsa subjecta insunt in definitione (ecce alteram posteriorem)* (p. 23 verso, coluna 1). Ao proceder assim, porém, Zabarella escamoteia o que há de propriamente bizarro nesta frase, pois o dativo *quibuscunque* fica normalizado no sintagma “*de quibuscunque praedicatis quae*” (*de todos os predicados que*), fazendo com que o ὅσοις que abre a frase se torne um ὅσα, em estrito paralelo com 73a34, o que de certo modo esperamos todos para poder normalizar a frase em análise. No entanto, duas passagens nos *Segundos Analíticos* que retomam expressamente esta versão

¹⁴ Exemplo por excelência desta prática é a definição do trovão como ruído nas nuvens causado pela extinção do fogo, recorrentemente empregada nos *Segundos Analíticos*, mas recusada quando Aristóteles estuda não a forma de uma definição, mas a natureza do trovão. O trovão se gera quando a exalação seca, expulsa pela condensação nas nuvens da exalação úmida, se desloca assim forçada e se choca com nuvens que estão ao seu redor, conforme a explicação dada em *Meteorologica* II 9. A tese da extinção do fogo nas nuvens é atribuída a Empédocles e Anaxágoras (cada um com suas próprias razões), sendo considerada por Aristóteles como ἄλογος, *contrária à razão* (*Meteor.* II 9 369b19). Afinal, é preciso haver fogo para que possa ser extinto – mas de que modo há fogo nas nuvens? Outro defeito desta tese é que acarreta que o relâmpago ocorreria antes do trovão; para Aristóteles, porém, é requisito de uma boa explicação mostrar por que o trovão ocorre antes do relâmpago, embora o último seja visto antes que o primeiro seja escutado (369b7-9).

do *per se*₂ dão pouca esperança a esta estratégia, pois ambas preservam a posição inicial no dativo:

APost. I 6 74b8-9 τοῖς δ' αὐτὰ ἐν τῷ τί ἐστιν ὑπάρχει
κατηγορουμένοις αὐτῶν

APost. I 22 84a13-4 καὶ οἷς αὐτὰ ἐν τῷ τί ἐστιν ὑπάρχουσιν αὐτοῖς

A segunda passagem é demasiadamente críptica, pelo menos pelo momento, e vou deixá-la provisoriamente de lado. A primeira, porém, traz uma informação sintática importante, pois evidencia que o dativo inicial está umbilicalmente conectado à própria frase. Para traduzi-la, é preciso lembrar a primeira condição, comum aos *per se*₁ e *per se*₂, de acordo com a qual *B* é atribuído a *A*, ou, colocando-a no plural, *Bs* são atribuídos a *As* ou ainda, na versão direta, *As* são *Bs*, em que *Bs* são os predicados de *As*. Com isto em mente, pode-se traduzir a frase de I 6 do seguinte modo: *os mesmos As figuram na definição dos seus predicados*. O que corresponde à condição (i) nesta frase é “dos seus predicados”, que verte τοῖς κατηγορουμένοις αὐτῶν, tomando (i) na versão direta, *As* são *Bs* (portanto, *Bs* são seus predicados). Outra informação importante, mas que é naturalmente pressuposta, é que αὐτά, αὐτῶν e αὐτοῖς em cada uma destas duas orações têm o mesmo referente (o que, surpreendentemente, Filopono quis cancelar no intuito de dar clareza à frase de 73a37-8). Munidos destes elementos, podemos propor uma primeira tradução. Para obter alguma clareza, vou manter a construção oblíqua, em que *A* é o predicado (mas sujeito na versão direta) e *B* é o sujeito (mas predicado na versão direta). Ademais, por fórmula que exhibe o que é deve-se entender, como é costumeiro em Aristóteles, a definição de um objeto. Por fim, vou excluir τῶν ἐνυπαρχόντων deste primeiro rascunho, assim como vou seguir a versão do ms. C (que lê ὑπάρχουσι no lugar de ἐνυπαρχουσι). A frase a ser traduzida, de modo ainda provisório, é, pois, a seguinte: 73a37-8 ὅσοις αὐτοῖς αὐτὰ ἐν τῷ λόγῳ ὑπάρχουσι τῷ τί ἐστι δηλοῦντι.

73a37-8: Os *As* (αὐτά) figuram <ἐνυπαρχει, subentendido> na fórmula que exhibe o que é de todos os *Bs* (ὅσοις) que são atribuídos (ὑπάρχουσι, particípio presente) aos mesmos *As* (αὐτοῖς).

Algumas explicações se fazem necessárias. Primeiramente, penso que é condicionante da tradução o mesmo referente aos αὐτά, que, no caso, designam os *As*. Este requisito é posto em evidência na versão explicitada de Zabarella: *ipsis (subjectis) ipsa (subjecta)*. Um segundo ponto a ressaltar concerne ao fato de se ter,

em uma única frase, a junção sintática de duas condições, a saber: (i) *Bs são atribuídos a As* e (ii) *As figuram na definição de Bs*. Esta junção não deixa de trazer certa dificuldade à reconstrução, como Filopono já reconhecia. A junção de (i) e (ii) é feita por ὅσοις, que está no dativo por conta de sua função sintática em (ii) e faz com que a forma verbal ligada a ele, que aparece em particípio, esteja igualmente no dativo (ὑπάρχουσι). Por sua vez, (i) sendo construído em dependência sintática de (ii), o predicado gramatical de (i), a saber, os *As* (já referidos em (ii) com αὐτά), deve igualmente vir em dativo, haja vista à construção oblíqua aqui usada: portanto, *aos As*, isto é, αὐτοῖς. É prática linguística do grego antigo, assim como em outras línguas com declinação, o encaixamento de partes de uma oração na outra com a qual está sintaticamente articulada. No nosso caso, partes de (i) se encaixam em (ii), destacando em posição primeira o sujeito de (i) em versão oblíqua.¹⁵ Para facilitar a visualização deste estratagema linguístico, coloco os membros de (i) em itálico, assinalando em negrito o termo de junção entre (i) e (ii):

73a37-8 ὅσοις αὐτοῖς αὐτὰ ἐν τῷ λόγῳ ὑπάρχουσι τῷ τί ἐστι
δηλοῦντι.

Esta leitura é facilitada se retivermos a lição de C ὑπάρχουσι, ao invés da lição dos outros manuscritos, que leem ἐνυπάρχουσι. A frase pode, no entanto, ser igualmente construída com ἐνυπάρχουσι, pois, contrariamente ao que Ross supõe, não parece haver rigidez no emprego das estruturas com ὑπάρχειν + dativo, de modo que se poderia ter aqui *Bs ἐνυπάρχουσι αὐτοῖς*, com base na estrutura ἐνυπάρχειν + dativo, assim como temos em I 6 74b8-9 ὑπάρχειν ἐν, quando esperaríamos encontrar ἐνυπάρχειν ἐν. No entanto, comparando-a à versão de I 22 (que já vamos analisar), parece preferível escolher a variante que o ms. C oferece. Ademais, ἐνυπάρχουσι pode fazer com que o leitor o tome como verbo finito, no presente do indicativo, respondendo a αὐτά (o mesmo ocorre

¹⁵ Uso o termo *encaixamento* (ou *intercalação*) de modo livre, sem querer me comprometer com uma análise gramatical em particular. Línguas antigas densamente declinadas valem-se deste mecanismo para construir unidades lógicas de análise sintática; este estratagema lentamente define, porém, em proveito de marcadores que adquirem a função de assinalar as relações lógicas entre sentenças e partes das sentenças, acarretando uma forte limitação e mesmo uma fixação do lugar sintático de um termo na frase. A prática de *encaixamento* foi-me mostrada por Heinrich Bunse, em cursos particulares de latim e sânscrito, a quem faço aqui a reverência que todo aluno deve a seu mestre. Como ficará claro ao final deste trabalho, adoto uma postura formalista de forte influência gerativo-transformacional. Para uma discussão geral do formalismo e do funcionalismo, ver em especial NEVES (1994), pp. 109-127 (devo a Fernando Gazoni a menção a este trabalho, bem como uma discussão sobre os méritos da gramática funcionalista).

com ὑπάρχουσι, mas em menor grau). Isto é uma possibilidade em geral, de fato, mas duas razões militam contra sua adoção. Em primeiro lugar, tal leitura deixaria o complexo ὅσοις αὐτοῖς sem ligação sintática aparente; em segundo lugar, seria muito surpreendente pluralizar o neutro em um contexto sintaticamente complexo, no qual toda mudança de uma prática linguística usual pode alterar bruscamente o balanço sintático (como se sabe, usualmente o neutro plural αὐτά é seguido do verbo finito no singular, ὑπάρχει).¹⁶ Parece-me, assim, que [ἐν]ὑπάρχουσι deve ser tomado como particípio no dativo, dependente de ὅσοις. O preço a pagar é tomar como subentendido o verbo ἐνυπάρχει para αὐτά, mas é um preço leve, visto que assim evitamos uma deselegante duplicação do verbo, que é o mesmo ou de mesmo campo semântico, dada a promiscuidade entre as estruturas de ὑπάρχειν seguido de dativo. A frase ficaria assim: ὅσοις αὐτοῖς αὐτὰ ἐνυπάρχει ἐν τῷ λόγῳ ὑπάρχουσι τῷ τί ἐστι δηλοῦντι, o que naturalmente leva à supressão de ἐνυπάρχει.

Vejamos agora as duas formulações alternativas para o *per se*₂ que os *Segundos Analíticos* oferecem. A primeira delas deixa-se compreender facilmente: I 6 74b8-9 τοῖς δ' αὐτὰ ἐν τῷ τί ἐστιν ὑπάρχει κατηγορούμενοις αὐτῶν nos diz que os mesmos *As* (αὐτά) figuram (ὑπάρχει) na definição (ἐν τῷ τί ἐστιν) de seus predicados (τοῖς κατηγορούμενοις αὐτῶν). Pela parte final (τοῖς κατηγορούμενοις αὐτῶν, *de seus predicados*), reencontramos (i) *Bs são atribuídos a As* (na versão direta: *As são Bs*; portanto, *Bs* são seus predicados) e, na parte inicial, temos (ii) *As figuram na definição de Bs*. Ademais, há o encaixamento de (ii) no meio de (i, em itálico): τοῖς δ' αὐτὰ ἐν τῷ τί ἐστιν ὑπάρχει κατηγορούμενοις αὐτῶν. A segunda versão é tão resumida que é preciso expandi-la à luz dos resultados precedentes. Com efeito, lê-se em I 22 84a13-4 οἷς αὐτὰ ἐν τῷ τί ἐστιν

¹⁶ Diante da obscuridade sintática desta frase, a tentação é grande de tomar [ἐν]ὑπάρχουσι como verbo finito no plural e construir a frase do seguinte modo: (ii) αὐτὰ <As> ἐνυπάρχουσι ἐν τῷ λόγῳ τῷ τί ἐστι δηλοῦντι (i) ὅσοις <na função de junção sintática> τῶν ἐνυπαρχόντων (ou melhor: τῶν ὑπαρχόντων, Ross) αὐτοῖς. Esta parece ser a construção que Filopono supõe. O problema desta construção é que τῶν ἐνυπαρχόντων é um genitivo partitivo e, como *nome*, não pode cumprir simultaneamente a função de um verbo (em forma de particípio), de modo que é preciso supor um verbo em (i) e a construir como (i') ὅσοις τῶν ὑπαρχόντων <ὑπάρχουσι> αὐτοῖς, em que ὑπάρχουσι está na forma de particípio dativo, a menos que se suponha algo como (i'') ὅσοις τῶν ὑπαρχόντων <ὄσα ὑπάρχουσι> αὐτοῖς, em que esta última oração está em posição assindética. Tudo isto, ademais, supondo sempre que o neutro plural se faz acompanhar de um verbo finito no plural. É o que faz Filopono, que escreve em 61, 24-5 οἷς ὑπάρχουσι τὰ συμβεβηκότα. Isto é uma possibilidade da língua, mas de uso excepcional. No entanto, o verbo de (i) já está disponível na frase, sob a forma do particípio ὑπάρχουσι governado por ὅσοις, ainda que apareça intercalado entre os membros de (ii). Por outro lado, o fato de usar algo que é excepcional na língua de modo reiterado, por assim dizer sistemático, milita fortemente contra esta leitura.

ὑπάρχουσιν αὐτοῖς, que deve ser expandido em αὐτὰ <ἐνυπάρχει> ἐν τῷ τί ἐστὶν οἷς ὑπάρχουσιν αὐτοῖς. Como vimos, αὐτὰ designa os *As* que estão na definição dos *Bs*, nossa condição (ii), e estes *Bs* são atribuídos aos mesmos *As* (αὐτοῖς), nossa condição (i). Novamente, há um encaixamento, no caso a intercalação de (ii) no meio de (i, em itálico): οἷς αὐτὰ ἐν τῷ τί ἐστὶν ὑπάρχουσιν αὐτοῖς.

Uma outra passagem parece-me confirmar a leitura proposta. No livro *Z* da *Metafísica*, lemos o seguinte a respeito do *per se*₂ (ταῦτα se refere aos *per se*₂)

Z 5 1030b23-26 ταῦτα δ' ἐστὶν ἐν ὅσοις ὑπάρχει ἢ ὁ λόγος ἢ τοῦνομα οὗ ἐστὶ τοῦτο τὸ πάθος, καὶ μὴ ἐνδέχεται δηλῶσαι χωρὶς, ὥσπερ τὸ λευκὸν ἄνευ τοῦ ἀνθρώπου ἐνδέχεται ἀλλ' οὐ τὸ θῆλυ ἄνευ τοῦ ζώου. (Estes são aqueles aos quais se atribui ou a fórmula ou o termo do qual ele é a afecção e sem o qual não pode ser aclarado; por exemplo: *branco* pode ser aclarado sem *homem*, mas *fêmea* não pode ser aclarado sem *animal*).

Esta passagem revela-se muito útil, mas é preciso primeiro decifrá-la à luz de nossas condições (i) e (ii). Ela nos diz que são *per se*₂ (ταῦτα) os itens que satisfazem as condições (i) e (ii). Inicialmente, satisfazem a condição (ii), porquanto a fórmula ou o nome (*scl.* de *A*) figura (ὑπάρχει) na (ἐν) definição <ὀρισμῶ subentendido; Z 5 é dedicado exclusivamente ao exame de uma aporia relativa a problemas de definição> de todos estes itens (ὅσοις, que não está governado por ἐν, mas por ὑπάρχει ἐν <ὀρισμῶ>). À condição (ii) se agrega a condição (i): <o nome> daquilo de que (οὗ, “de cujo nomeado”, a saber, *A*) isto (τοῦτο: *B*) é o atributo (τὸ πάθος). Ambas as condições estão sintaticamente conjugadas, οὗ funcionando desta vez como pivô da articulação. Em continuação – e isto é muito instrutivo –, nos é dito que tudo isto quer dizer (καὶ provavelmente epexegetico) que tal atributo não pode ser exibido em sua essência sem fazer referência àquilo a que é atribuído. No caso de *homem branco*, se pode mostrar o que é *branco* sem fazer referência a *homem*; no caso de um *per se*₂, porém, como *fêmea* (o exemplo usado em Z 5), não é possível dizer o que é sem fazer referência àquilo a que é atribuído, pois *fêmea* é *animal de tal e tal tipo* (condição ii), ao mesmo tempo em que *fêmea* é atribuído a *animal* (condição i), o que resulta em *animal ser per se*₂ *fêmea*. Temos, assim, a confirmação da construção sintática e a reafirmação do ponto doutrinal sobre os *per se*₂: são atributos que requerem em sua definição a menção àquilo mesmo de que são atributos.

Por conta da estrutura linguística alambicada, ainda que conceitualmente clara, havia deixado para o fim o exame de τῶν ἐνυπαρχόντων em 73a37-8 καὶ

ὅσοις τῶν ἐνυπαρχόντων αὐτοῖς αὐτὰ ἐν τῷ λόγῳ [ἐν]υπάρχουσι τῷ τί ἐστι δηλοῦντι. Ross¹⁷, baseando-se na regra de um emprego rigidamente distinto para ὑπάρχειν e ἐνυπάρχειν ἐν, propôs a correção de τῶν ἐνυπαρχόντων em τῶν ὑπαρχόντων. Mesmo aceitando esta regra, não é por isso claro que devemos alterar o texto dos manuscritos. Com efeito, pode-se ligar τῶν ἐνυπαρχόντων a αὐτά, entendendo que “estes atributos que entram na definição” são aqueles mesmos aos quais *B* é atribuído. Nesta hipótese, teríamos uma frase bem embaralhada para nós, modernos, mas sofisticadamente encaixotada para os antigos: ὅσοις τῶν ἐνυπαρχόντων αὐτοῖς αὐτὰ ἐν τῷ λόγῳ ὑπάρχουσι τῷ τί ἐστι δηλοῦντι, marcando em negrito o que faz a junção das duas condições (que, portanto, comparece em ambas), com itálico o que pertence à condição (i) e deixando em estilo normal o que exprime a condição (ii). Ademais, nesta leitura, ficaria ainda mais evidente recuperar o ἐνυπάρχει subentendido após αὐτά. Mesmo assim, tudo isto tem pouco impacto sobre a estrutura final da frase, podendo-se até deixar a expressão oscilar entre τῶν ἐνυπαρχόντων e τῶν ὑπαρχόντων. Se adotarmos τῶν ὑπαρχόντων, pode-se ligá-lo a ὅσοις: *dos atributos Bs*. A tradução pode assim variar entre (a) *itens que entram na definição figuram na fórmula que exhibe o que é das coisas que são atribuídas àqueles mesmos itens* e (b) *itens figuram na fórmula que exhibe o que é dos atributos que são atribuídos àqueles mesmos itens*. Minha preferência é por (a), mas não faço batalha contra (b).¹⁸

– III –

A respeito do modo como Aristóteles apresenta o *per se*₂ em *APost*. I 4, Bonitz (1866) já advertia que “o que Aristóteles quer indicar pelo segundo emprego de καθ’ αὐτό deve ser entendido com base nos exemplos que o ilustram e explicado em conformidade com os comentadores gregos” (IV, p. 366). Os comentadores de fato nos relatam o que Aristóteles quer dizer, mas a eles escapa a estrutura gramatical pela qual diz o que quer dizer. Os exemplos são úteis, obviamente, para se compreender a tese, mas pouco ajudam para esclarecer a sintaxe

¹⁷ Conclusão a que chegou independentemente de Bonitz (1866), que propôs a mesma emenda (p. 367), e que Ross cita em seu comentário.

¹⁸ Como bônus deste longo percurso, pode-se agora entender que Aristóteles, ao concluir a lista dos casos de *per se* nos *Segundos Analíticos*, se refira de modo englobante, valendo-se da oposição entre a voz ativa e a voz passiva, como os casos em que algo *pertence* ou *é pertencido* aos predicados (*An. Post* I 4 73b17-8: οὕτως ὡς ἐνυπάρχειν τοῖς κατηγορουμένοις ἢ ἐνυπάρχεσθαι): no caso em que *B* *pertence per se*₁ a *A*, *B* *pertence* a *A* porque *B* figura na definição de *A*; no caso em que *B* *pertence per se*₂ a *A*, *B* “é pertencido” por *A* porque, além de *A* figurar na definição de *B*, *B* é atributo de *A*. O bônus, é claro, vale exclusivamente para filósofos.

empregada.¹⁹ A frase é por certo complexa e articulada com intercalação dos membros de uma oração entre os da outra, o que requer muita atenção para reestruturá-la em nossos costumes linguísticos, mas corresponde perfeitamente bem às práticas linguísticas do grego ático. Tampouco deixa de ter elegância ao proceder a um encaixamento tão rigoroso que beira o excesso. Com efeito, o texto referente ao *per se*₂ menciona duas condições, (i) *B é atribuído a A* e (ii) *A figura na definição de B*. A condição (i) é comum ao *per se*₁, mas a condição (ii) faz com que difiram crucialmente: enquanto para o *per se*₁ ocorre que *B* figura na definição de *A*, o contrário ocorre no caso do *per se*₂, pois nele *A* figura na definição de *B*. Aristóteles apresenta (i) na versão oblíqua, *B é atribuído a A*, o que não facilita nossa tarefa, pois estamos mais acostumados com a versão direta, *A é B*. O que, porém, de fato torna difícil sua leitura é a conjunção sintática de ambas as condições, seguida da intercalação entre seus membros, o que resulta para nós em algo que parece ser antes um embaralhamento frasal a tal ponto que nos deixa aturcidos, sem pistas sobre como reconstruir a frase.

Inspirando-me livremente nas regras de transformação da gramática gerativo-transformacional e servindo-me delas aqui *ad usum delphini*, podemos reconstruir a oração complexa final com base em seus dois componentes, (i) *B*_{nom} ὑπάρχει *A*_{dativo} e (ii) *A*_{nom} ἐνυπάρχει ἐν τῷ λόγῳ τῷ τί ἐστι δηλοῦντι *B*_{dativo}. Usando αὐτά para os *A*s e ὅσα para os *B*s, o ponto inicial é a formulação destas condições como orações sindéticas aditivas por meio de καί (em português: e): ὅσα ὑπάρχει αὐτοῖς καὶ αὐτὰ ἐνυπάρχει ἐν τῷ λόγῳ τῷ τί ἐστι δηλοῦντι τοσοῦτοις. A partir daqui, poderíamos aplicar as seguintes regras de transformação com vistas a fusioná-las sintaticamente. As regras são dadas separadamente, mas é somente a aplicação do conjunto delas todas que produz a oração complexa buscada:

<T₁> supressão de καί
 ὅσα ὑπάρχει αὐτοῖς αὐτὰ ἐνυπάρχει ἐν τῷ λόγῳ τῷ τί ἐστι δηλοῦντι τοσοῦτοις

<T₂> supressão do segundo verbo de mesmo campo semântico por princípio de economia:
 ὅσα ὑπάρχει αὐτοῖς αὐτὰ ἐν τῷ λόγῳ τῷ τί ἐστι δηλοῦντι τοσοῦτοις

<T₃> fusão de ὅσα com τοσοῦτοις para gerar pivô sintático de (i) em (ii) por meio de ὅσοις (doravante em negrito):
ὅσοις ὑπάρχει αὐτοῖς αὐτὰ ἐν τῷ λόγῳ τῷ τί ἐστι δηλοῦντι

¹⁹ Em especial, do ponto de vista meramente gramatical, 73b1-3 traz o dativo πᾶσι τούτοις em uma função sintática muito diferente da do dativo ὅσοις na apresentação oficial do *per se*₂ em 73a37, bem como ἐνυπάρχουσιν em 73b1 é o presente do indicativo na terceira pessoa do plural, ao passo que [ἐν]υπάρχουσιν em 73a38 é o particípio presente dependente de ὅσοις em 73a37.

<T₄> adaptação do verbo finito ὑπάρχει restante em particípio dependente de ὅσοις:
ὅσοις ὑπάρχουσι αὐτοῖς αὐτὰ ἐν τῷ λόγῳ τῷ τί ἐστι δηλοῦντι

<T₅> introdução de τῶν ἐνυπαρχόντων como reforço para caracterização do tipo de A em pauta:
ὅσοις ὑπάρχουσι αὐτοῖς αὐτὰ τῶν ἐνυπαρχόντων ἐν τῷ λόγῳ τῷ τί ἐστι δηλοῦντι

<T₆> intercalação entre os membros de (i, em itálico>) e os de (ii):
ὅσοις τῶν ἐνυπαρχόντων αὐτοῖς αὐτὰ ἐν τῷ λόγῳ ὑπάρχουσι τῷ τί ἐστι δηλοῦντι,

que é a oração complexa que encontramos efetivamente em 73a37-8: *itens que entram na definição figuram na fórmula que exhibe o que é das coisas que são atribuídas àqueles mesmos itens*. A língua é um complexo cálculo e uma estrutura final de superfície pode esconder um número impressionante destas operações, que funcionam em diferentes níveis. Esta reconstrução simplificada ilustra razoavelmente, porém, os principais passos que geraram uma estrutura de superfície que, uma vez produzida, exige dos ouvintes uma habilidade considerável para a reconstrução de sua forma original, necessariamente não ambígua, mas agora apenas visível. Na verdade, a reconstrução proposta lida com duas dificuldades. A primeira diz respeito a como exatamente arregimentar o genitivo partitivo τῶν ἐνυπαρχόντων. Por conta da eliminação do verbo finito ἐνυπάρχει de (ii) e da colocação em particípio do único verbo ὑπάρχειν restante em (i), parece-me que o mais provável é que tenha sido introduzido para enfatizar o tipo de A em pauta (a saber, um item que figura na definição), mas poderia valer também, sobretudo na forma τῶν ὑπαρχόντων, para qualificar os Bs. Não vejo como decidir de modo peremptório; penso, porém, que há boas razões para preferir a reconstrução que propus, pelos motivos alegados acima. A segunda dificuldade pode ser expressa em termos culinários. De T₁ a T₄, temos um resultado que se assemelha a um rocambole, mas é facilmente compreensível a todos. Com T₅ e, em especial, com T₆, porém, o resultado assemelha-se antes a ovos mexidos, pois a estrutura original mal fica visível, se é que é visível – o que, aliás, explica o abandono do exame da frase em proveito do estudo dos exemplos ou da explicação dada pelos comentadores antigos. Contra esta segunda objeção, diria que se trata antes de um PF que foi entregue por um motoboy afoito nas ruas de São Paulo. Há por certo muita dificuldade no início, mas no final o freguês consegue distinguir o feijão, o arroz, a carne assada e até mesmo a farofa.

Este não é o único caso de um acoplamento sintático de duas condições²⁰, mas é um dos casos mais complexos e mesmo exponencial do que regras de

²⁰ Outro caso, bem mais simples, é o da definição do ato voluntário em EN III 3 1111a22-4, cujas duas condições, (i) o princípio da ação está no agente e (ii) o agente conhece as circunstâncias

transformação podem ocasionar, em boa parte porque ao acoplamento sintático das duas condições se segue a intercalação dos termos por meio dos quais cada condição é expressa. A quem busca clareza e didatismo em uma exposição, tudo isto parece muito surpreendente. É menos surpreendente, porém, se pensarmos que a linguagem que usamos para construir nossas frases se funda em última instância em um mesmo cálculo original que embasa a lógica de nossas inferências, assim como a álgebra. Quem por primeira vez mapeou o domínio das inferências lógicas por certo pode dar-se ao luxo de ter uma linguagem que, pelo menos em certas ocasiões, reflete a sofisticação dos meandros deste cálculo.

À guisa de conclusão, gostaria de fazer um giro pelas traduções propostas. Não pode ser um *desideratum* da tradução reproduzir a versão PF do texto grego. Tampouco é *desideratum* amalgamar as duas condições (embora, como veremos, isto pode ser obtido). É, porém, *desideratum* de uma boa tradução reproduzir as condições (i) e (ii), mesmo que isto se faça por meio de orações assindéticas ou sindéticas aditivas. Outro *desideratum*, mas em menor grau, é o de preservar a versão oblíqua na qual Aristóteles se exprimiu. Por fim, é *desideratum* de toda tradução ter como resultado um texto elegante, escrito em língua castiça. Começemos pela versão de Jonathan Barnes (1994), reproduzida na *Revised Oxford Translation*. Há um atributo *per se*₂ quando:

ROT: The things it belongs to themselves belong in the account which makes clear what it is.

Na versão original, Barnes escreve assim: *what it holds of itself inheres in the account which shows what it is* (1994, vol. I p. 118).²¹ Em ambas as versões, os *desiderata* estão satisfeitos, inclusive o da versão oblíqua.

Tricot (1987) oferece a seguinte tradução para o francês:

Ce sont les attributs contenus dans des sujets qui sont eux-mêmes compris dans la définition exprimant la nature de ces attributs.

A tradução, como é costumeiro em Jules Tricot, verte elegantemente o texto para o francês, discretamente combinando as condições (i) e (ii).

particulares em que ocorre a ação, são sintaticamente acopladas em uma mesma oração. A estrutura desta oração complexa não é misteriosa; mesmo assim, Aspásio tem grande dificuldade para ver que há duas condições e parece mesmo só enxergar uma (a principal razão de sua dificuldade reside não propriamente na sintaxe da fórmula apresentada, mas no fato de a definição ser dada com base em uma conjunção e, sobretudo, do fato de seu contrário, o involuntário, ser definido por meio de uma disjunção). Estudei este caso em um artigo ainda no prelo, *Defining Voluntariness*, ao qual tomo a liberdade de remeter o leitor.

²¹ Revisão do próprio Barnes: p. 7.

A tradução proposta por Pierre Pellegrin (2005) aposta na separação das condições, apresentando-as de modo assindético:

On parle aussi d'appartenance « par soi » dans tous les cas où des choses appartiennent à d'autres, lesquelles sont contenues dans la formule qui montre ce que sont les premières.

A tradução de Pellegrin parece estar calcada, inicialmente, no comentário de Zabarella (*inquit enim de quibuscunque praedicatis*, 23 verso coluna 1), para logo depois voltar-se ao modo como Waitz (1844) explica o *per se*₂:

...ea quae in aliis (ἀπτοῖς) ita inhaerent, ut ea ipsa (ἀντά) in quibus inhaereant ad definitionem pertineant quae illorum naturam exprimat (II, p. 313).

Horst Seidl (1984), por sua vez, propõe uma tradução apresentando as duas condições, mas as liga por meio de uma conjunção aditiva. Na tradução dele, é *per se*₂:

Alles, was Dingen (=Wissenschafts-Subjekten) zukommt, und dessen Definition, welche die Washeit ausdrückt, diese (Subjekte) enthalten sind.

Na versão de Wolfgang Detel (1993), a conjunção aditiva desaparece em proveito de uma junção entre as duas condições.²² É atributo *per se*₂:

Dasjenige, bei dem die Dinge, auf die es zutrifft, selbst in der Bestimmung vorkommen, die klar macht, was es ist.

Na versão brasileira de Lucas Angioni (2004a), lê-se o seguinte:

Também atribuem-se a algo por si mesmo todos os itens que são atribuídos a algo que está contido ele mesmo na definição que mostra o que eles são.

Vemos igualmente aqui as condições (i) e (ii) ligadas por uma conjunção integrante. Em relação ao último *desideratum*, o da língua castiça, é preferida a próclise quando o verbo é antecedido de certos advérbios, bem como a tradução enxuta *por si* é recomendada pelo fato de ser empregada costumeiramente em uso culto. Ademais, do modo como está formulada, é infelizmente falsa, pois permite que um item possa ser atribuído *per se* a algo (*x*) caso este item seja

²² Em seu comentário, Detel escreve (II, p. 100) que há dois sentidos para “*B se atribui a A*” quanto ao *per se* em 73a34-b5: no *per se*₁ ocorre também que *B se atribui a todo A*, ao passo que, no *per se*₂, *B se atribui a alguns A* somente (na nomenclatura de Detel, o que tomo por *A* é representado por *B* e vice-versa). Sobre este ponto, ver nota 6 acima.

atribuído a algo (y) e y esteja contido na definição do referido item, y sendo distinto de x .

Em relação a todas estas traduções, o decisivo reside em deixar claro ao leitor que duas condições estão em jogo: (i) B é atribuído a A e (ii) A figura na fórmula que exhibe a essência de B . Pode-se buscar jungir (i) e (ii) sintaticamente, o que algumas traduções admiravelmente conseguem. Não é viável, porém, querer calcar a forma sintática da tradução na estrutura complexa e intercalada do texto grego, pois as regras T_5 e T_6 são particulares a línguas densamente declinadas e T_6 , em especial, é aplicada aqui de modo exponencial. Nenhuma tradução examinada se aventura a tanto, felizmente, e todas vertem a passagem às respectivas línguas modernas em diferentes graus de adequação.

Referências

- ANGIONI, L. 2004a. *Aristóteles – Segundos Analíticos Livro I*, Campinas.
- ANGIONI, L. 2004b. Relações Causais entre Eventos na Ciência Aristotélica. *Analytica* 8: 13-25.
- BARNES, J. 1994. *Aristotle – Posterior Analytics*. 2a. ed. Oxford: Clarendon Press.
- BONITZ, H. 1866. *Aristotelische Studien IV*, Viena.
- BRONSTEIN, D. 2016. *Aristotle on Knowledge and Learning*. Oxford: Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780198724902.001.0001>
- DETEL, W. 1993. *Aristoteles – Analytica Posteriora*. Berlim: Akademie Verlag.
- FEREJOHN, M. 1991. *The Origins of Aristotelian Science*. New Haven: Yale University Press.
- MCKIRAHAN Jr., R. 1992. *Principles and Proofs – Aristotle’s Theory of Demonstrative Science*. Princeton: Princeton University Press.
- MCKIRAHAN Jr., R. 2008. *Philoponus: on Aristotle Posterior Analytics 1.1-8*. Londres: Duckworth.
- MIGNUCCI, M. 1975. *L’Argomentazione Dimostrativa in Aristotele*. Pádua: Editrice Antenore.
- NEVES, M. H. 1994. Uma Visão Geral da Gramática Funcional. *Alfa* 38: 109-127.
- PELLEGRIN, P. 2005. *Aristote – Seconds Analytiques, Organon IV*. Paris: GF Flammarion.

- PERAMATZIS, M. 2010. Essence and per se Predication in Aristotle's *Metaphysics Z 4*, *Oxford Studies in Ancient Philosophy* 39: 121-182.
- PORCHAT, O. 2001. *Ciência e Dialética em Aristóteles*. São Paulo: Unesp.
- PORCHAT, O. 2004. Sobre a degola do boi, segundo Aristóteles. *Analytica* 8: 89-142.
- ROSS, D. 1957. *Aristotle's Prior and Posterior Analytics*. Oxford: Clarendon Press.
- SEIDL, H. 1984. *Aristoteles – Zweite Analytiken*. Würzburg.
- TERRA, C. 2014. Os predicados *per se* em Aristóteles. In ANGIONI, L. (org.). *Lógica e Ciência em Aristóteles*. Campinas: Editora Phi: 23-60.
- TRICOT, J. 1987. *Organon IV – Les Seconds Analytiques*. Paris: Vrin.
- WAITZ, T. 1844. *Aristotelis Organon Graece*. 2 vols. Leipzig.
- WALLIES, M. 1909. *Philoponi in Analytica Posteriora cum anonymo in librum II, Commentaria in Aristotelem Graeca XIII 3*, Berlin.
- ZABARELLA, J. 1587. *In duos Aristotelis libros posteriores analyticos commentarii*. 3a. ed., Veneza.
- ZINGANO, M. 2021. Defining Voluntariness. *Ancient Philosophy* 4 (1) (no prelo).

Resumo

Neste artigo, procuro, na primeira parte, compreender o papel que as proposições *per se*₂ têm no projeto aristotélico de ciência; na segunda parte, examino a estrutura gramatical de *APost*. I 4 73a37-8, com base em duas condições, (i) *B é atribuído a A* e (ii) *A figura na definição de B*; na terceira e última parte, aplico os resultados obtidos no exame de algumas traduções propostas para esta frase à luz de certos *desiderata* para toda tradução.

Palavras-chave: Aristóteles, *per se*, *Segundos Analíticos*

Abstract

This paper is devoted to examining a passage in *Posterior Analytics* in which Aristotle presents his *per se*₂ case on the basis of two conditions, (i) *B holds of A* and (ii) *A inheres in the definition of B*. In the first part, the role of *per se*₂ propositions is assessed; in the second part, the grammar of *Post. Analyt.* I 4 73b37-8 is scrutinized; in the third and final part, some recent translations are surveyed in light of certain *desiderata* any translation should satisfy.

Keywords: Aristotle, *per se*, *Posterior Analytics*